

RELATÓRIO

CICLO DE AUDIÊNCIAS PÚBLICAS SOBRE VIOLÊNCIA DE GÊNERO E PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA



AUDIÊNCIAS Públicas

Composição da Corte no Período das Audiências Públicas (10/08/2023 a 06/06/2024):

Desembargador Presidente André Oliveira da Silva Guimarães (até 02/10/2023)

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral Adalberto de Oliveira Melo (até 02/10/2023)

Desembargador Presidente Adalberto de Oliveira Melo - (a partir de 03/10/2023)

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral André Oliveira da Silva Guimarães (de 03/10/2023 a 06/10/2023)

Vice-Presidente em exercício e Corregedor Regional Eleitoral em exercício Sílvio Neves Baptista Filho (de 09/10/2023 a 30/11/2023)

Vice-Presidente e Corregedor Regional Eleitoral Cândido José da Fonte Saraiva de Moraes (a partir de 01/12/2023)

Desembargadora Classe Juíza de Direito Karina Albuquerque Aragão de Amorim

Desembargador Classe Juiz de Direito Frederico de Moraes Tompson

Desembargador Juiz Federal Rogério de Meneses Fialho Moreira

Desembargador Jurista Carlos Gil Rodrigues Filho

Desembargador Jurista Rodrigo Cahu Beltrão

Procurador Roberto Moreira de Almeida (até 31/10/2023)

Procurador Adilson Paulo Prudente do Amaral Filho (a partir de 01/11/2023)

Composição da Ouvidoria no período das Audiências Públicas
(10/08/2023 a 06/06/2024):

Desembargador Ouvidor Eleitoral Carlos Gil Rodrigues Filho
Assessora-Chefe da Ouvidoria Rayssa Araújo Costa Rodrigues

Equipe da Ouvidoria:

Williane Pinheiro Alves Simon

Mariana Rodrigues Campos

Geraldine de Albuquerque Maranhão Farias Neves Gomes

Raíssa Torres Ramos Galvão

Anne Michelly de Barros Chaves Andrade

Edmael Paulo Ribeiro Barreto (estagiário)

Marley Ítallo Reis de Moura (estagiário)

“A maior vítima da violência política de gênero é a democracia”.
(autor desconhecido)

No período de 10/08/2023 a 06/06/2024, o Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco, por meio de sua Ouvidoria, realizou 16 audiências públicas em vários municípios do estado de Pernambuco.

O projeto foi inicialmente idealizado pela Ouvidoria como uma iniciativa de interiorização das ações do tribunal associada a uma maior aproximação da sociedade, por meio da busca e da escuta ativa.

As Audiências Públicas tiveram como objetivo fomentar o direito de acesso à informação e promover o diálogo da Justiça Eleitoral de Pernambuco com diversos segmentos sociais: movimentos organizados; professores; estudantes; pesquisadores; partidos políticos; lideranças políticas; pessoas que disputaram, ocupavam ou pretendiam disputar cargos eletivos. Os eventos foram realizados com o apoio do Ministério Público Eleitoral e da Ordem dos Advogados do Brasil.

O projeto ganhou força e se transformou na oportunidade de fomentar o debate sobre os temas “Cota de gênero, violência política de gênero e canais de denúncia” e, nas últimas edições, “Violência de gênero e participação feminina na política”.

O resultado foi uma oportunidade estratégica para o TRE-PE atuar de forma pedagógica e preventiva em relação às Eleições Municipais de 2024, posicionando-se contra quaisquer condutas discriminatórias e violentas (principais obstáculos à efetiva participação das mulheres na vida política), a fim de disseminar a cultura de respeito aos direitos de participação política.

Os eventos foram realizados nas datas e cidades abaixo:

Município	Data da Audiência
Serra Talhada	10/08/2023
Palmares	23/10/2023
Garanhuns	24/10/2023
Petrolina	28/11/2023
Carpina	20/02/2024
Sta. Cruz do Capibaribe	21/02/2024
Arcoverde	28/02/2024
Limoeiro	04/03/2024
Surubim	05/03/2024
Araipina	19/03/2024
Ouricuri	20/03/2024
Salgueiro	20/03/2024
Afogados da Ingazeira	23/04/2024
Pesqueira	24/04/2024
Belo Jardim	25/04/2024
Caruaru	06/06/2024

De acordo com os dados atualizados quando da elaboração do relatório, o projeto alcançou, ao todo, cerca de três mil e oitocentas pessoas, considerando o público que compareceu presencialmente e aquele que acompanhou ou acessou as transmissões online dos eventos.

Os principais temas mencionados pelas pessoas que realizaram manifestação oral foram:

- Importância da educação doméstica e escolar como principais instrumentos de prevenção e combate à violência, de uma forma geral, mas especialmente à violência contra as mulheres;
- Importância da educação política desde a formação de base, na escola e nos movimentos de juventude;

- Estímulo governamental à educação política das mulheres que, historicamente, não são formadas para ocupar espaços de poder político;
- Importância da criação de estratégias e redes de apoio à atuação feminina na política de fato;
- Necessidade de medidas que tornem as cotas de gênero mais efetivas;
- Necessidade de canais de denúncias confiáveis e efetivos;
- Necessidade de fiscalização e efetiva punição de partidos políticos que utilizam mulheres como candidatas laranjas;
- Importância da capacitação de mulheres com cursos profissionalizantes para sua integração ao mercado formal de trabalho e seu empoderamento econômico;
- Combate a qualquer tipo de misoginia, dentro ou fora da política;
- Desconstrução do machismo arraigado;
- Promoção de mais oportunidades de diálogo com as mulheres para que entendam realmente a importância delas na representatividade política por meio da realização de eventos, congressos, etc.;
- Incentivar a realização de audiências públicas nos bairros, onde a comunidade possa participar de forma mais efetiva;
- Implementação de ações dos poderes para não só estimular, mas viabilizar, maior participação das mulheres na política;
- Necessidade de união de esforços entre homens e mulheres para o combate à violência contra a mulher e, no caso, especificamente à violência política;
- Necessidade de estímulo para que as mulheres participem em todos os âmbitos políticos e em todos os espectros, para que haja diversidade e representatividade de fato, de modo que políticas públicas voltadas às mulheres também sejam pensadas pelas próprias mulheres de modo que atendam às suas necessidades reais.

O público que compareceu aos eventos estava dividido entre homens e mulheres, demonstrando não só o interesse das mulheres sobre o tema, mas também a compreensão, por parte dos homens, da importância de sua efetiva participação nesse processo de prevenção e combate à violência política de gênero.

Como fruto das manifestações realizadas, a Ouvidoria do TRE-PE sistematizou as seguintes propostas de ações:

Propostas de ações:

- Sugerir à EJE/PE e à EJE/TSE a inclusão de conteúdo no programa “Eleitor e eleitora do futuro” voltado à conscientização de alunos e alunas das escolas atendidas, sobre o conceito e a importância do combate à violência política de gênero;
- Sugerir à EJE/TRE-PE a realização de capacitação aberta ao público externo sobre o tema “Violência Política de Gênero”; e
- Realização de encontros, por parte do TRE-PE, com os partidos políticos para discutir os temas “Comunicação não violenta” e “Violência Política de Gênero”.

Além dessas propostas, destaca-se que na audiência pública para “Proposta de Metas Nacionais do Poder Judiciário - Justiça Eleitoral - Ano 2025” realizada pelo TRE-PE em 09/07/24, na cidade de Caruaru/PE, foi proposta, pela então assessora-chefe da Ouvidoria do tribunal, Rayssa Araújo Costa Rodrigues, a criação de uma meta nacional específica para que seja possível analisar, em recorte, os processos da Meta 4 que versem sobre temas relativos à fraude às cotas e sobre o crime de violência política de gênero, de modo a evidenciar ainda mais a sua ocorrência, bem como impulsionar a celeridade de julgamento, permitindo o olhar em perspectiva de gênero para os processos em questão.

Os vídeos de todas as audiências públicas estão disponíveis no Canal do Tribunal Regional Eleitoral de Pernambuco no Youtube e mais informações sobre os eventos realizados podem ser acessadas na página do tribunal na internet.

 www.youtube.com/@tre_pernambuco



AUDIÊNCIAS PÚBLICAS

2023 E 2024



Confira a seguir alguns registros das audiências públicas:











Tribunal Regional Eleitoral
de Pernambuco